

INSTITUTO FEDERAL
Rio Grande do Sul

Campus
Restinga

**PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO FIC - BOLSA FORMAÇÃO MULHERES MIL
LIBRAS BÁSICO**

Porto Alegre, agosto de 2024.

**COMPOSIÇÃO DA EQUIPE GESTORA DA UNIDADE
IFRS *Campus* Restinga**

Rudinei Müller

Diretor-geral

direcao.geral@restinga.ifrs.edu.br

Mário Augusto Correia San Segundo

Diretor de Ensino

direcao.ensino@restinga.ifrs.edu.br

Thaís Teixeira da Silva

Diretora de Administração

dap@restinga.ifrs.edu.br

Tadeu Luis Tiecher

Coordenador de Pesquisa e Inovação

coordenacao.pesquisa@restinga.ifrs.edu.br

Jovani Zalamena

Coordenador de Extensão

coordenacao.extensao@restinga.ifrs.edu.br

Denise Elisabete da Silva Gorski

Coordenadora de Desenvolvimento Institucional

coordenacao.di@restinga.ifrs.edu.br

Janice Ribeiro de Souza

Coordenadora de Ensino

coordenacao.ensino@restinga.ifrs.edu.br

SUMÁRIO

1. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO	04
2. APRESENTAÇÃO DO CURSO	04
3. CARACTERIZAÇÃO DA UNIDADE	05
4. JUSTIFICATIVA	08
5. PROPOSTA POLÍTICO-PEDAGÓGICA DO CURSO	10
5.1 Objetivo geral	10
5.2 Objetivos específicos	10
5.3 Perfil do curso	11
5.4 Perfil do profissional do egresso	11
5.5 Requisitos para o ingresso	12
5.6 Frequência mínima obrigatória	12
5.7 Organização curricular	12
5.7.1 Matriz Curricular	12
5.7.2 Ementas	14
5.7.3 Bibliografia Básica	15
5.8 Metodologias de ensino	24
5.9 Material didático-pedagógico	24
5.10 Avaliação do processo de ensino e de aprendizagem	25
5.10.1 Conhecimentos prévios	25
5.10.2 Recuperação	25
5.10.3 Autoavaliação	25
5.11 Quadro de pessoal	26
5.12 Infraestrutura	26
5.13 Certificação	27
6 CASOS OMISSOS	27
7 REFERÊNCIAS	27

1 DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

Denominação do curso	Libras básico
Eixo tecnológico	Desenvolvimento Educacional e Social
Categoria:	Formação inicial (x) Formação continuada ()
Forma	Presencial (x) Semipresencial () A distância ()
Local de oferta	Campus Restinga
Turno(s) de oferta	Tarde
Número de vagas disponíveis	25
Número de alunos por turma	25
Periodicidade da oferta	3 vezes por semana
Carga horária total efetiva	160h
Perfil do público-alvo	Mulheres em situação de vulnerabilidade econômica e social, baixa escolaridade e em situação de violência doméstica

2 APRESENTAÇÃO DO CURSO

A oferta do curso de Libras básico para mulheres em situação de vulnerabilidade econômica e social, baixa escolaridade e em situação de violência doméstica está alinhada ao Programa Mulheres Mil e vislumbra a qualificação profissional e a inserção no mundo do trabalho concomitante ao processo educacional. A oferta do curso está alinhada com proposta de formação inicial e continuada no âmbito do território de atuação do curso, a partir de articulação com lideranças comunitárias locais bem como com a rede de atendimento sócio assistencial do bairro.

No contexto do Campus Restinga do IFRS, este curso busca qualificar as mulheres para a promoção da inclusão social, geração de renda e sua emancipação, bem como para atuação em diferentes âmbitos da vida comunitária e profissional. Para além da possibilidade de ser um diferencial no currículo e de atuar na garantia de direitos, o curso tem uma relação com o contexto do bairro Restinga, uma região povoada por uma comunidade surda presente e com casos de vulnerabilidade social extrema.

Pensando na realidade do bairro Restinga, na cidade de Porto Alegre, ofertar a formação para o curso de Libras básico significa qualificar profissionais para valorizar a Língua de sinais, as manifestações culturais da comunidade surda e os contextos comunitários da periferia. Consideramos exemplo destes contextos os serviços públicos de atendimento à população, como hospitais, creches, escolas, ONGs, associações locais, conselho tutelar, CRAS, CAPES e casas de acolhimento às crianças e mulheres vítimas de violência.

Além da valorização dos potenciais produtivos do território, é preciso ressaltar a importância do atendimento ao público-alvo do projeto, com formação que contemple tanto aspectos relacionados à atuação no mundo quanto para geração de renda. A respeito da situação atual das mulheres da comunidade do Bairro Restinga, segundo dados do ObservaPoa (2010), a média de anos de estudo dos responsáveis por domicílio do bairro é de 5,62 anos quando mulheres; 38,5% da população do bairro é negra e 52,45% mulheres. Em 2012, 30,11% era o percentual de nascidos vivos cujas mães possuíam escolaridade menor que o ensino fundamental, sobre o total de nascidos vivos, sendo a taxa de 35,03% quando adicionamos a intersecção de raça (mães negras com baixa escolaridade); 19,67% era o percentual de nascidos vivos cujas mães tinham 19 anos ou menos, sobre o total de nascidos vivos de mães residentes, sendo 21,19% quando falamos de mães negras adolescentes. Diante desta realidade, a demanda por cursos de formação de mulheres dentro desta metodologia vem ao encontro de políticas para promoção da equidade social.

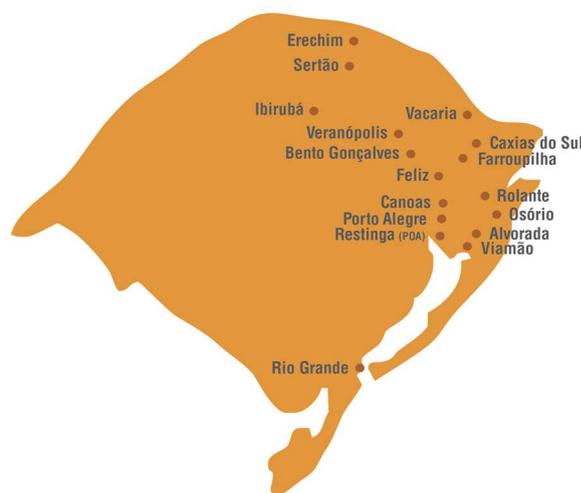
3 CARACTERIZAÇÃO DA UNIDADE

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul foi criado em 29 de dezembro de 2008, pela Lei nº 11.892, que instituiu, no total, 38 Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia no país. A instituição é uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação (MEC) e que possui prerrogativas como autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar (BRASIL, 2008).

O IFRS foi constituído mediante a integração do Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET) de Bento Gonçalves, da Escola Técnica Federal de Canoas e da Escola Técnica Federal de Sertão. Logo após, incorporaram-se ao instituto dois estabelecimentos vinculados a Universidades Federais: a Escola Técnica Federal da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e o Colégio Técnico Industrial Professor Mário Alquati, de Rio Grande. No decorrer do processo, foram federalizadas unidades de ensino técnico nos municípios de Farroupilha, Feliz e Ibirubá e criados os campi de Caxias do Sul, Erechim, Osório e Restinga. Estas instituições hoje fazem parte do IFRS na condição de campus.

Atualmente o Instituto possui 17 campi: Alvorada, Bento Gonçalves, Canoas, Caxias do Sul, Erechim, Farroupilha, Feliz, Ibirubá, Osório, Porto Alegre, Restinga (Porto Alegre), Rio Grande, Rolante, Sertão, Vacaria, Veranópolis e Viamão. A Reitoria é sediada em Bento Gonçalves.

Figura 1: Mapa do Estado do Rio Grande do Sul – Localização dos campi do IFRS.



Fonte: IFRS

O Campus Restinga está estabelecido no extremo sul da cidade de Porto Alegre, no bairro Restinga. É um dos 17 campi do IFRS e se caracteriza pelo papel preponderante da comunidade na sua criação, com a participação ativa de uma comissão comunitária na sua implantação desde o ano de 2006.

A busca da comunidade pela “Escola Técnica Federal de Porto Alegre na Restinga” iniciou em 08 de maio de 2006 com a criação da Comissão Pró-implantação. Esse grupo foi composto por movimentos sociais como militantes da educação, da economia solidária e de organizações não-governamentais (ONGs). A mobilização da comunidade pela construção da escola coincidiu com um contexto nacional de grande valorização da formação profissional e também com investimentos expressivos do Governo Federal.

O Campus Restinga foi contemplado pela chamada Pública 01/2007 SETEC-MEC, que inaugurou o Plano de Expansão da Rede Federal Fase II, cujo objetivo era implantar 150 novas unidades em todo o país até o final de 2010. Esta conquista constituiu uma grande vitória para o município e para a Restinga, garantindo o fortalecimento de políticas públicas para a educação e para a inclusão social.

Em abril de 2008, o então CEFET-BG assumiu a coordenação da implantação do que seria mais uma de suas Unidades de Ensino Descentralizadas. A valorização do diálogo com a comunidade foi fundamental para o início das atividades de implantação. Parte desta conversação resultou na realização de um seminário e, posteriormente, de uma audiência pública para a definição de cursos a serem oferecidos pela instituição.

Com a Lei Nº 11.892/08, que criou os Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia, a unidade da Restinga passou a ser um Campus do Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS), um dos três IFs gaúchos.

No ano de 2009 foram realizados seminários e audiências públicas para definir as áreas de atuação do Campus Restinga. Através deste espaço de construção coletiva, foram

identificados os arranjos produtivos locais, aprovando os seguintes eixos tecnológicos para o Campus Restinga: Controle e Processos Industriais; Tecnologia da Informação e Comunicação; Hospitalidade e Lazer; Gestão e Negócios; e Recursos Naturais.

Com isso, o Campus Restinga constitui-se uma nova perspectiva para a qualificação e geração de emprego e renda na região da Restinga. Além disso, através da verticalização de seus cursos possibilita à comunidade local perspectivas de estudo em diferentes níveis de ensino, gerando novas oportunidades profissionais. O dia 26 de junho de 2010 é o marco oficial de início das atividades do campus, em sede provisória alugada, localizada na Estrada João Antônio da Silveira, enquanto o complexo de prédios de sua sede definitiva permanece em obras, no Distrito Industrial da Restinga.

Para contextualizar este histórico é necessário retornar ao movimento de ocupação deste território da Zona Sul de Porto Alegre, que esteve atrelado às políticas de remoção das populações pobres e racializadas do centro da cidade (GAMALHO, 2009) na década de 60. Por ser uma região distante, o bairro Restinga serviu de terreno para onde as populações consideradas não adequadas ao centro da cidade fossem despejadas. No final da década de 1960, o Estado deu início às políticas de remoção das vilas e favelas do centro da cidade de Porto Alegre. Esta política consistiu na remoção das casas das famílias pobres que habitavam esses locais e que não tinham condições de adquirir terrenos próximos ao centro. As primeiras remoções deram origem ao que atualmente corresponde ao bairro da Restinga. O intenso deslocamento populacional rumo à Restinga levou ao surgimento de ocupações espontâneas. Assim, a parte planejada pelo poder público tornou-se conhecida popularmente como Restinga Nova, em face à Restinga Velha, caracterizada por casas autoconstruídas e por maiores concentrações de aglomerados e favelas. A Vila Restinga, como foi chamada inicialmente, era uma área alagadiça cercada de mata virgem e desprovida dos recursos mais básicos, tais como redes de água e iluminação, escolas, transporte e postos de saúde.

Desde então, apesar da multiplicidade de saberes complexos que circulam pelo bairro da Restinga, por ser lugar que abriga uma parte significativa do povo negro de Porto Alegre, o bairro da Restinga continua sendo o cenário onde práticas de racismo, preconceito e exclusão social seguem sendo balizadas. Por estas razões, a região possui características bem peculiares em relação aos demais bairros da cidade de Porto Alegre. O bairro Restinga convive com o grave problema de vulnerabilidade social, resultado de um longo período de negligência do poder público. De acordo com o ObservaPOA (2010), a Restinga possui 60.729 habitantes (quantitativo contestado pela comunidade), representando 4,31% da população do município. Os 38,56 km² ocupados pelo bairro representam 8,10% da área do município, sendo sua densidade demográfica de 1.574,92 habitantes por km². A taxa de analfabetismo é de 4,03% e o rendimento médio dos responsáveis por domicílio é de 2,10 salários-mínimos (FERREIRA e MENEZES, 2017). O abandono escolar na Restinga é de 20,82%, de acordo com dados do ObservaPOA (2010), o maior do município de Porto Alegre, que possui média de 8,8%. A aprovação no ensino fundamental, por outro lado, é de 85,47%, e a média encontra-se em 84,7%. Essa explicação se faz necessária, pois esses dados colocam o *Campus Restinga*

como importante agente de transformação da realidade educacional formativa e profissional do bairro.

Dentro deste contexto, o Campus Restinga se insere como uma alternativa para formação não apenas de moradores do bairro, mas como interlocutor para promoção do desenvolvimento local, não apenas pelos cursos de educação formal, mas a partir de projetos de ensino, pesquisa e extensão, cursos de formação inicial e continuada, formação de mulheres, cursos de extensão, além de articulação com o poder público em busca de melhorias nas condições do bairro, em especial, quanto ao transporte público e geração de renda.

4 JUSTIFICATIVA

Na experiência do Campus Restinga com o Programa Mulheres Mil em anos pregressos, tivemos a oportunidade de verificar a relevância de ações que trabalhem dentro da metodologia do programa Mulheres Mil. Mulheres em situação de vulnerabilidade socioeconômica e em situação de violência de gênero historicamente são isoladas dos processos de ensino institucionalizados e formais. Para além da formação profissionalizante que pretende a emancipação econômica a partir de novas perspectivas de geração de renda e autonomia financeira, a metodologia do Programa Mulheres Mil atua no sentido de resgatar as potências dentro das trajetórias de vida destas mulheres, exercendo um papel importante em seu empoderamento e na mitigação das desigualdades sociais. A (re)introdução do contato com uma educação formal, a partir de cursos de formação inicial e continuada, tem relevância no contexto de alijamento dos públicos vulneráveis nos espaços de saber formalizados, no sentido da retomada dentro de uma metodologia acessível para continuação dos estudos. As comunidades a serem atendidas se constituem em coletivos de mulheres, associações e entidades do bairro.

A Língua Brasileira de Sinais – Libras foi reconhecida como língua oficial da comunidade surda brasileira com a promulgação da Lei nº 10.436 em 24 de abril de 2002 e regulamentada pelo Decreto nº 5.626 em 22 de dezembro de 2005. O Decreto, em seu artigo 14, capítulo IV, diz que: “As instituições federais de ensino devem garantir, obrigatoriamente, às pessoas surdas acesso à comunicação, à informação e à educação nos processos seletivos, nas atividades e nos conteúdos curriculares desenvolvidos em todos os níveis, etapas e modalidades de educação, desde a educação infantil até à superior”. Sendo assim, a oferta do curso de Libras é uma forma de cumprir com as orientações da Lei e do Decreto, bem como de garantir um atendimento adequado à pessoa surda.

Em seu aspecto global, a formação inicial e continuada, no âmbito do Programa Mulheres Mil, é concebida como uma oferta educativa – específica da educação profissional e tecnológica – que favorece a qualificação e o desenvolvimento profissional de trabalhadoras nos mais variados níveis de escolaridade e de formação. Centra-se em ações pedagógicas, de natureza teórico-práticas, planejadas para atender a demandas socioeducacionais de formação e de qualificação profissional. Nesse sentido, consolida-se em iniciativas que visam

a formar, a qualificar e a possibilitar tanto atualização quanto aperfeiçoamento profissional a cidadãos em atividade produtiva ou não. Intenciona-se, ainda, no rol dessas iniciativas, trazer mulheres de volta ao ambiente formativo que foram excluídas dos processos educativos formais e que necessitam dessa ação educativa para dar continuidade aos estudos. Ancorada no conceito de educação politécnica e na perspectiva crítico emancipatória, a formação inicial e continuada, ao se estabelecer no entrecruzamento dos eixos sociedade, cultura, trabalho, educação e cidadania, compromete-se com a elevação da escolaridade, sintonizando formação humana e formação profissional, com vistas à aquisição e consolidação de conhecimentos científicos, técnicos, tecnológicos e ético políticos, propícios ao desenvolvimento integral do sujeito. Dados do IBGE 2010 revelam que a proporção de deficiências graves (cegueira, surdez ou mudez) em cidades pequenas e/ou onde ocorreu decréscimo das populações chega a 17,1%. Considerado o exposto, a qualificação profissional proporcionará à comunidade uma sensibilização quanto à importância da língua de sinais na constituição do ser surdo, bem como instrumento imprescindível para o acesso à educação; fomentar reflexões a fim de garantir o acesso dos surdos à comunicação e à informação.

A atividade econômica de Porto Alegre está concentrada nos setores de serviços, comércio e numa menor proporção na produção industrial. O mesmo se dá no bairro Restinga. É possível perceber que as atividades produtivas do bairro se dão com base no microempreendedorismo individual e serviços autônomos, além de pequenos comércios, e na forma de cooperativas e coletivos. A produção cultural também é bastante intensa, e muitos moradores trabalham em outros bairros e até mesmo outras cidades da região metropolitana de Porto Alegre. Outro aspecto bastante importante do bairro são as ações sociais e escolas de educação infantil, além de uma maior participação em ações relacionadas ao curso de Agroecologia, com projetos e cursos em hortas urbanas junto às comunidades. Desta forma, são múltiplas as possibilidades de formação profissional, dentre as quais damos especial atenção às que promovam emancipação econômica e empoderamento social a partir da ação coletiva e da diversidade cultural, com especial atenção aos processos precarizados de escolarização.

As comunidades a serem atendidas se constituem em coletivos de mulheres, associações e entidades do bairro. O Campus Restinga possui histórica ligação com os movimentos sociais e coletivos do bairro, tendo diversos projetos de extensão atuando junto a comunidades como a da Comunidade Vida Nova, Quinta Unidade, Chácara do Banco, Vila Castelo e Restinga Velha, entre outros. Além disso, temos uma proximidade bastante intensa com os serviços de assistência social localizados no bairro, em que ações são desenvolvidas junto às usuárias e junto às Promotoras Legais Populares, que trabalham aspectos relacionados à violência doméstica com mulheres nesta condição.

Por estarmos situados em um bairro de periferia da cidade de Porto Alegre, historicamente excluído dos processos institucionalizados e com precariedade de condições de habitação, saúde e geração de renda, a proposta ora apresentada ganha maior relevância. Programas como o Mulheres Mil, aplicados em comunidades como a do bairro Restinga,

segregadas, porém potentes e mobilizadas, ganham um contorno de resgate da missão dos IFs, de democratização do acesso à educação e desenvolvimento local.

5 PROPOSTA POLÍTICO-PEDAGÓGICA DO CURSO

5.1 Objetivo Geral

O curso de Libras básico, vinculado ao Programa Mulheres Mil, objetiva:

- Formar mulheres em situação de vulnerabilidade social, baixa escolaridade ou em situação de violência doméstica, para utilização da língua de sinais em diversos âmbitos, para o trabalho, nas formas coletivas e auto-gestionadas, geração de renda e atuação comunitária, bem como uma formação cidadã em direitos humanos e das mulheres, com valorização e reconhecimento dos seus saberes progressos e de suas trajetórias de vida, oportunizando uma qualificação técnica de nível inicial que oportunize autonomia na geração de renda individual e coletivamente.

5.2 Objetivos Específicos

- Promover empoderamento, autonomia e identificação de situações de quebra de direitos e violência, bem como oportunizar ferramentas para atuação nas diferentes situações da vida;
- Proporcionar educação em temáticas transversais como educação anti-racista, combate à violência de gênero, direitos das mulheres e saúde reprodutiva e segurança alimentar;
- Qualificar tecnicamente mulheres para atuação no mundo do trabalho, seja de forma autônoma, coletiva ou subordinada, com reconhecimento de direitos e deveres;
- Estimular a elevação no nível de escolaridade das mulheres participantes do curso, bem como de suas comunidades;
- Propiciar condições para a melhora na qualidade de vida das participantes do curso;
- Capacitar para a comunicação em língua de sinais;
- Introduzir os fundamentos da tradução e da interpretação aplicados à tradução e à interpretação da Libras para o Português e do Português para Libras;
- Adquirir conhecimento sobre a cultura surda, bem como discutir marcos importantes da história do povo surdo, no Brasil e no mundo;
- Promover o uso da Língua Brasileira de Sinais em nível básico para comunicação e uso desinibido dos aspectos da língua visual na comunicação com surdos em diversos contextos interativos.
- Promover a ética profissional, estimulando a análise da dinâmica das relações no ambiente de trabalho;
- Estimular as estudantes para atuação na transformação de vida pessoal, profissional, familiar e comunitárias como sujeitas ativas de sua própria trajetória;

- Promover o reconhecimento de saberes pregressos, bem como oriundos do mundo do trabalho e estudos informais das estudantes;
- Proporcionar educação financeira e de diferentes linguagens que contribuam para uma melhor colocação da estudante no convívio social e no mundo do trabalho.

5.3 Perfil do curso

O curso de Libras básico será formado por disciplinas de formação geral e de formação técnica para atuação em comunidade e no mundo do trabalho, em formas coletivas e autogestionárias de organização, totalizando 160 horas presenciais. O curso é destinado ao público de mulheres acima de 18 anos em situação de vulnerabilidade socioeconômica, violência doméstica ou baixa escolaridade, bem como cadastradas no CadÚnico do Governo Federal.

A organização do curso prevê uma formação que ocorra tanto no nível da qualificação de saberes práticos e profissionais para a execução da atividade produtiva que possibilitem a comunicação com pessoas surdas quanto para a construção e reconhecimento de saberes voltados para o exercício da cidadania, em especial para atuação comunitária em temáticas como gênero, racismo e direitos humanos.

Da perspectiva da formação para a cidadania, espera-se que as egressas adquiram conhecimentos sobre direitos humanos, das mulheres, sociais e culturais, fomentando sua articulação com a atuação comunitária no sentido de coletivizar os conhecimentos adquiridos no curso, e reconhecendo o valor dos seus saberes e trajetórias de vida. A segurança alimentar, saúde da mulher e qualidade de vida são eixos transversais, traduzindo-se na expectativa de melhora do autocuidado como forma de estar no mundo e potencializar sua atuação transformadora tanto no nível individual quanto coletivo.

5.4 Perfil do profissional do egresso

A egressa do curso FIC de Libras básico, na modalidade presencial, deve estar qualificada para atuar nas atividades relativas à comunicação com pessoas surdas utilizando os recursos linguísticos da Libras para auxiliar na conversação nos diversos setores, instituições públicas e privadas que trabalham com atendimento ao público. Além das habilidades específicas da qualificação profissional, a egressa deve estar apta para atuação ética em processos coletivos e de economia solidária, compreendendo os processos que envolvem o mundo do trabalho e seu entorno sociocultural, e percebendo-se como agentes sociais que intervêm na realidade, com autonomia, iniciativa, criatividade e compromisso com a transformação social.

5.5 Requisitos para o ingresso

O curso de Libras básico vai priorizar mulheres a partir de 16 anos, chefes de família, em situação de vulnerabilidade, extrema pobreza, desempregadas ou autônomas, cadastradas ou em processo de cadastramento no CadÚnico, com as seguintes características: em vulnerabilidade e risco social, em situação de violência doméstica, baixa escolaridade, maior número de filhos, com baixa ou nenhuma renda, preferencialmente, com o Ensino Fundamental II (6º ao 9º) completo. O acesso dar-se-á por meio de edital simplificado de seleção em que os requisitos serão pontuados de acordo com o contexto social em que o campus está inserido.

5.6 Frequência mínima obrigatória

A frequência mínima obrigatória estabelecida é de 75% da carga horária do curso para aprovação em cada módulo/grupo de disciplinas, a saber 75% de frequência no módulo de formação geral e 75% do módulo de formação para o mundo do trabalho.

A aluna que faltar alguma aula ou ultrapassar o percentual de 25% de faltas poderá justificá-las através de documento que comprove uma das seguintes situações: a) situações que sempre justificarão ausência: problema de saúde, através de atestado médico ou de comparecimento à consulta médica ou odontológica; ou convocação pelo Poder Judiciário ou Justiça Eleitoral; e b) situações limitadas a 4 (quatro) ocorrências ao longo do curso: atestado de trabalho, atuação em ação comunitária ou participação em evento/palestra com certificação relacionado às temáticas do curso. A cópia dos comprovantes ficará arquivada no portfólio da estudante. Os casos omissos serão resolvidos pela Coordenação do Programa e Supervisão do Curso no âmbito do campus.

O controle de frequência é de responsabilidade do docente de cada disciplina, devendo ser registrado a cada aula ministrada no diário de classe que será disponibilizado de forma virtual. O registro da frequência se dará conforme carga horária do período de aula (1h/aula = 1 registro).

5.7 Organização curricular

5.7.1 Matriz Curricular

A Matriz Curricular do Curso de Libras básico está organizada em 05 módulos/disciplinas, contemplando 160 horas, distribuídas em disciplinas profissionalizantes que priorizam conteúdos voltados à formação profissional e tecnológica, com ênfase no conteúdo de Libras básico – totalizando 70 horas – e formação geral, que visa somar conhecimentos aos que as alunas já adquiriram em sua vida – 90 horas.

Os módulos 01, 02, 03 e 05 fazem parte das disciplinas de formação geral, e o módulo 04 da parte técnica, sendo que as mesmas serão ofertadas de forma concomitante,

contemplando uma tarde e meia da parte técnica e uma tarde e meia de disciplinas dos módulos de formação geral por semana, de forma a atender os objetivos propostos para a formação da Libras básico.

	COMPONENTE CURRICULAR	CARGA HORÁRIA	SUB TOTAL
Módulo 01	IDENTIFICAÇÃO DAS COMUNIDADES E DO PERFIL SITUACIONAL DAS MULHERES	Carga Horária não somada a Carga Horária Total	
	OFICINA DE CONSTRUÇÃO E APLICAÇÃO DO MAPA DA VIDA (Responsável: Equipe Multidisciplinar Sistêmica qualificada, no início do curso)	Carga Horária não somada a Carga Horária Total	
Módulo 02	GÊNERO, RAÇA E DIREITOS HUMANOS	18h	18h
	SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA	20h	20h
	EXPRESSÃO CORPORAL E VERBAL (Interdisciplinar - em todos componentes curriculares)	---	---
	Subtotal:		38h
Módulo 03	COMUNICAÇÃO E INCLUSÃO DIGITAL	18h	18h
	MATEMÁTICA E INCLUSÃO DIGITAL	08h	08h
	Subtotal:		26h
Módulo 04	FORMAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA - LIBRAS BÁSICO	70h	70h
Módulo 05	MUNDO DO TRABALHO: DIREITOS, DEVERES E COLETIVIDADE	26h	26h

	Subtotal:	96h
	Total:	160h

5.7.2 Ementas

Disciplina	Conteúdo
IDENTIFICAÇÃO DAS COMUNIDADES E DO PERFIL SITUACIONAL DAS MULHERES	Durante a construção do PPC e dos editais de seleção de mulheres, com representantes da comunidade.
OFICINA DE CONSTRUÇÃO E APLICAÇÃO DO MAPA DA VIDA	Reflexão sobre a sua própria trajetória individual, familiar, coletiva, profissional, a partir da metodologia de construção do mapa da vida e início do desenvolvimento de um portfólio pessoal. Uso de diferentes linguagens como meio de expressão, comunicação, diálogo e autoconhecimento.
GÊNERO, RAÇA E DIREITOS HUMANOS	Noções relacionadas aos conceitos de gênero, raça, direitos humanos, direitos da criança e do adolescente, direitos das mulheres, feminismo, interseccionalidade, violência contra as mulheres e rede de atendimento. Articulação dos conceitos teóricos com as experiências e trajetórias das estudantes. Ética e relações interpessoais.
SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA	Saúde da mulher, cuidados de si, conceito de saúde relacionado a determinações sociais, redes de atenção à saúde, linhas de cuidado e acesso, promoção de saúde, saúde mental, prevenção de doenças. Segurança alimentar e nutricional. Noções de Biossegurança. Saúde da trabalhadora e boas práticas para prevenção de acidentes e adoecimento de trabalho.
EXPRESSÃO CORPORAL E VERBAL (Interdisciplinar - em todos componentes curriculares)	Compreensão das habilidades de comunicação e expressão corporal e verbal. Utilização de diferentes linguagens como forma de expressão na transmissão de mensagens, histórias e emoções em contextos diversos. Comunicação corporal em ambientes de trabalho, entrevistas, apresentações, reuniões e

	espaços coletivos.
COMUNICAÇÃO E INCLUSÃO DIGITAL	Noções de manuseio de computador e acesso à internet. Uso de e-mail, drive e documento. Produção textual a partir do uso de tecnologias para inclusão digital. Elaboração de portfólio, currículo, edição gráfica ou outro instrumento relacionado ao mundo do trabalho ou educação formal. Uso de redes sociais aplicado ao mundo do trabalho.
MATEMÁTICA E INCLUSÃO DIGITAL	Matemática Aplicada ao uso em negócios, como precificação. Noções de Educação Financeira, a partir do uso de tecnologias para inclusão digital.
FORMAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA - LIBRAS BÁSICO	Língua, cultura e identidade surda. Bilinguismo, biculturalismo e a comunidade surda. Manifestações culturais da comunidade surda no Brasil e no mundo. Relações de saber e poder entre surdos e ouvintes. Importância da língua de sinais na constituição do sujeito surdo. História da educação de surdos. Cumprimentos e saudações em Libras. Alfabeto manual e números em Libras. Números cardinais e ordinais. Apresentação pessoal em Libras. O sinal. Pronomes pessoais em Libras e o uso do espaço de sinalização. Pronomes possessivos em Libras. Vocabulário relacionado a família em Libras. Vocabulário relacionado a adjetivos em Libras. Prática de sinalização. Conversação inicial em Libras.
MUNDO DO TRABALHO: DIREITOS, DEVERES E COLETIVIDADE	Direitos e deveres das trabalhadoras, ética e cidadania, cooperativismo, associativismo, economia solidária, sustentabilidade, economia em rede, formas colaborativas e coletivas de empreendimentos e empreendedorismo social. Visitas técnicas em espaços de economia solidária composto por mulheres.

5.7.3 Bibliografia Básica

Disciplina	Bibliografia
IDENTIFICAÇÃO DAS COMUNIDADES E DO PERFIL SITUACIONAL DAS	BATISTA, A. C. O. et al. Guia Metodológico do Sistema de Acesso, Permanência e Êxito. Brasília: Ministério da Educação, 2011.

<p>MULHERES</p>	<p>GOES, Emanuelle Freitas. Raça, gênero, etnia e direitos humanos / Emanuelle Freitas Goes, Diogo Sousa. - Salvador: UFBA, Faculdade de Direito; Superintendência de Educação a Distância, 2020. 59 p. Disponível em: https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/568267/2/eBook-Raca%2C%20Genero%2C%20Etnia%20e%20Direitos%20Humanos.pdf .</p> <p>TAVARES, P. M.; ARAUJO, J. J. O Programa Mulheres Mil como uma Possibilidade de Autonomia para Mulheres em Vulnerabilidade Social. Relacult-Revista Latino-americana de Estudos em Cultura e Sociedade, v. 4, 2018.</p> <p>TOURAINÉ, A.; KHOSROKHAVAR, F. A busca de Si: diálogo sobre o sujeito. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.</p>
<p>OFICINA DE CONSTRUÇÃO E APLICAÇÃO DO MAPA DA VIDA</p>	<p>BRASIL. Lei 11.340, de 07 de agosto de 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/2004-2006/2006/lei/l11340.htm. Acesso em 23 fev. 2024.</p> <p>GONZALES, L. Por um feminismo afro latino americano: ensaios, intervenções e diálogos. 1ª ed. Rio de Janeiro; Zahar, 2020.</p> <p>MEIRELES, M. Mulheres mil no IFRN-campus Caicó: tecendo saberes e práticas emancipatórias. 2022.</p> <p>PICHON-RIVIÈRE, E. Teoria do Vínculo. 2ed. São Paulo: Martins Fontes, 1986.</p> <p>ROSA (Org.) Mulheres Mil: do sonho à realidade. Brasília: Ministério da Educação, 2011.</p> <p>ROSA, S. M. Reconhecimento de saberes no Programa Mulheres Mil: entre a colonialidade do poder e de gênero. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Florianópolis, 2016.</p>

	<p>VIANA, S. W. Programa Mulheres Mil: a educação profissional contribuindo para a redução da desigualdade social e econômica das mulheres e seu resgate social. Tese (Doutorado em Educação em Ciências: química da vida e saúde). UFRGS: Porto Alegre, 2019.</p> <p>TAVARES, P. M.; ARAUJO, J. J. O Programa Mulheres Mil como uma Possibilidade de Autonomia para Mulheres em Vulnerabilidade Social. Relacult-Revista Latino-americana de Estudos em Cultura e Sociedade, v. 4, 2018</p>
<p>GÊNERO, RAÇA E DIREITOS HUMANOS</p>	<p>ALMEIDA, S. L. de. Racismo estrutural. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.</p> <p>AZEREDO, VG. Entre paredes e redes: O lugar da mulher nas famílias pobres. Serv. Soc. Soc. 2010; 103:576-590.</p> <p>BANDEIRA, Lourdes. Três décadas de resistência feminista contra o sexismo e a violência feminina no Brasil: 1976 a 2006. Sociedade e Estado, v. 24, n. 2, pp. 401-438, ago. 2009. DOI: https://doi.org/10.1590/S0102-69922009000200004.</p> <p>BENTO, Cida. O pacto da branquitude. Rio de Janeiro: Cia das Letras, 2022.</p> <p>BERTH, Joice. O que é empoderamento? (Feminismos Plurais). Belo Horizonte, MG: Editora Letramento: Justificando, 2018. Edição do Kindle.</p> <p>BIROLI, Flávia. Divisão Sexual do Trabalho e Democracia. Dados Revista Ciências Sociais, Rio de Janeiro, vol. 59, n. 3, pp.719-754, jul.-set. 2016. DOI: https://doi.org/10.1590/00115258201690.</p> <p>CARNEIRO, Sueli. Racismo, sexismo e desigualdade social no Brasil. São Paulo: Selo Negro Edições, 2011.</p> <p>COLLINS, Patricia Hill; BILGE, SIRMA. Interseccionalidade. São Paulo: Boitempo, 2021.</p>

	<p>GONZALES, L. Por um feminismo afro latino americano: ensaios, intervenções e diálogos. 1ª ed. Rio de Janeiro; Zahar, 2020.</p> <p>LÜCHMANN LHH, Almeida CCR. A representação política das mulheres nos Conselhos Gestores de Políticas Públicas. Rev. Katálisis 2010; 13(1):86-94. 8.</p> <p>OKIN, Susan Moller. Gênero, o público e o privado. Estudos Feministas, Florianópolis, 16(2): 440, p. 305-332, maio-agosto/2008.</p> <p>PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (organizadoras). Nova História das Mulheres no Brasil. São Paulo: Contexto, 2013.</p> <p>PINTO, Céli Regina Jardim. Feminismo, história e poder. Rev. Sociol. Polít., Curitiba, v. 18, n. 36, p. 15-23, jun. 2010.</p> <p>PRÁ JR, Epping L. Cidadania e feminismo no reconhecimento dos direitos humanos das mulheres. Estudos Feministas 2012; 20(1): 33-51. 9.</p> <p>SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Revista Educação e Realidade, v. 20, n. 2, 71-99, jul./dez., 1995.</p> <p>SILVA, Thaís Teixeira da. A emergência das mulheres na ação comunitária: narrativas, feminismos e direitos humanos. Porto Alegre, 2019.</p> <p>SOUSA, Sávia Lorena Barreto Carvalho de; NERY, Inez Sampaio. Peso de ser mulher: as políticas públicas na conciliação entre lar e trabalho. Revista FSA, Teresina, PI., v.16, n.2, art. 16, p. 296-317, mar./abr. 2019.</p>
<p>SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA</p>	<p>BERTI, R. A. L. (Org.). Saúde da Mulher: qualidade de vida, prevenção, tratamento e cura. Assis Editora, 1ª edição, 2017. 256p.</p>

BRASIL, Ministério da Saúde. Portaria Nº 1.823, de 23 de agosto de 2012 - **Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora - PNSTT** Disponível em 29 de março de 2024

<https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2012/prt1823_23_08_2012.html>

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa e ao Controle Social. **Política Nacional de Saúde Integral da População Negra: uma política para o SUS**. 3. Ed. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2017.

BRASIL, Ministério da Saúde. **Articulação das Redes de Atenção à Saúde e APS**. Disponível em 19 de março em <<https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/saps/redes-de-atencao-a-saude>>

BRASIL. **Portal Saúde:** Disponível em: <http://portalsaude.saude.gov.br/index.php/cidadao/saude-para-voce>

BURLANDY L, Maluf RS. Soberania alimentar: dimensões de um conceito em construção e suas implicações para a alimentação no cenário contemporâneo. In: Taddei JA, Lang RMF, Longo-Silva G, Toloni MHA, editores. **Nutrição em saúde pública**. Rio de Janeiro: Rubio; 2011. p. 457-459.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. Segurança Alimentar 2004/2009. Rio de Janeiro: IBGE; 2010.

LEMES, A. G., Nascimento, V. F. do, Rocha, E. M. da, Silva, L. S. da, Almeida, M. A. S. O., Volpato, R. J., & Luis, M. A. V. (2020). **A terapia comunitária integrativa no cuidado em saúde mental: revisão integrativa**. *Revista Brasileira Em Promoção Da Saúde*, 33. <https://doi.org/10.5020/18061230.2020.10629>

LOPES, M C.R et Al. **Como podemos trabalhar com promoção**

	<p>da saúde?Educação em saúde - material didático para formação técnica de agentes comunitários de saúde. Fiocruz</p> <p>MACHADO, CJS., SANTIAGO, IMFL., and NUNES, MLS., orgs. Gêneros e práticas culturais: desafios históricos e saberes interdisciplinares [online]. Campina Grande: EDUEPB, 2010. 256 p. ISBN 978-85-7879-038-7.</p> <p>OLIVEIRA LIMA, A. C., Vieira Lima, R. S., & Augusta da Silva, J. M. (2016). GÊNERO FEMININO, CONTEXTO HISTÓRICO E SEGURANÇA ALIMENTAR. <i>DEMETRA: Alimentação, Nutrição & Saúde</i>, 11(3), 789–802. https://doi.org/10.12957/demetra.2016.22511.</p> <p>ROSENBERG, Marshall. Comunicação não-violenta: técnicas para aprimorar relacionamentos pessoais e profissionais. Agoora Editora: São Paulo, 2006.</p> <p>SILIPRANDI, E. Um olhar ecofeminista sobre as lutas por sustentabilidade no mundo rural. In: Petersen P, organizador. Agricultura familiar camponesa na construção do futuro. Rio de Janeiro: AS-PTA; 2009. p. 139-151.</p> <p>VASCONCELOS, Michele de Freitas Faria de; FELIX, Jeane; GATTO, Graziela Maria da Silva. Saúde da mulher: o que é poderia ser diferente? Rev. psicol. polít., São Paulo , v. 17, n. 39, p. 327-339, ago. 2017 . Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2017000200011&lng=pt&nrm=iso>.</p>
<p>EXPRESSÃO CORPORAL E VERBAL (Interdisciplinar - em todos componentes curriculares)</p>	<p>BAITELLO JÚNIOR, Norval. Comunicação, mídia e cultura. São Paulo em Perspectiva, São Paulo, v. 12, n. 4, 1998. Disponível em: <http://bit.ly/1c7mNyU>. Acesso em: 20 fev 2024.</p> <p>FERREIRA, Francisco Romão. A produção de sentidos sobre a imagem do corpo. <i>Interface – Comunicação, Saúde, Educação</i>, Botucatu, v. 12, n. 26, p. 471- 483, jul./set. 2008. Disponível em: <http://bit.ly/16xuXRt>. Acesso em: 20 fev 2024.</p>

	<p>PEASE, Allan; PEASE Barbara. A linguagem corporal no trabalho – como causar uma boa impressão e se destacar na carreira. Rio de Janeiro: Sextante, 2013.</p> <p>WEIL, P. O corpo fala: A linguagem silenciosa da comunicação não verbal. 74. Ed. Editora Vozes. 2015.</p>
<p>COMUNICAÇÃO E INCLUSÃO DIGITAL</p>	<p>AMADEU, Claudia Vicci; SILVA, Jorge Luiz da; MANOCHIO-PINA, Marina Garcia. Inclusão digital e suas relações com o empoderamento, a qualidade de vida e o bem-estar. Aletheia, Canoas , v. 55, n. 1, p. 207-223, jun. 2022 .</p> <p>BRASIL. O que é o GOV.BR. Serviços e informações do Brasil, 2023. Disponível em: https://www.gov.br/pt-br/sobre</p> <p>CARVALHO, G.; LOTITO, A. Tecnologias de acesso à Internet. São Paulo: Novatec, 2005.</p> <p>COSTA, E. A. O BrOffice.org: da teoria à prática. São Paulo: Brasport, 2007.</p> <p>MARÇULA, M; BENINI FILHO, P. A. Informática: conceitos e aplicações. São Paulo: Érica. 2010.</p> <p>ROSA, Stela; CERNY, Roseli Zen; ESPINDOLA, Marina Bazzo de. Inclusão digital para mulheres em situação de vulnerabilidade social: a percepção dos formadores. Rev. Diálogo Educ., Curitiba, v. 18, n. 58, p. 798-817, jul. 2018 .</p>
<p>MATEMÁTICA E INCLUSÃO DIGITAL</p>	<p>AMADEU, Claudia Vicci; SILVA, Jorge Luiz da; MANOCHIO-PINA, Marina Garcia. Inclusão digital e suas relações com o empoderamento, a qualidade de vida e o bem-estar. Aletheia, Canoas , v. 55, n. 1, p. 207-223, jun. 2022 .</p> <p>ASSEF, Roberto. Guia prático de formação de preços: aspectos mercadológicos, tributários e financeiros para Pequenas e Médias Empresas. 4. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.</p> <p>BEULKE, R., BERTÓ, D. J. Precificação: sinergia do marketing e das finanças. São Paulo: Saraiva, 2009.</p>

	<p>CASTANHEIRA, Nelson P. Noções básicas de matemática comercial e financeira. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 4ª edição. 2012.</p> <p>FONSECA, M. C. R.F. Educação Matemática de jovens e adultos. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.</p> <p>FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia - Saberes necessários à prática educativa. São Paulo, Brasil: Paz e Terra, 1997.</p> <p>ROSA, Stela; CERNY, Roseli Zen; ESPINDOLA, Marina Bazzo de. Inclusão digital para mulheres em situação de vulnerabilidade social: a percepção dos formadores. Rev. Diálogo Educ., Curitiba, v. 18, n. 58, p. 798-817, jul. 2018 .</p> <p>SHITSUKA, R., SHITSUKA, R. I. C. M., SHITSUKA, D. M., SHITSUKA, C. C. D. M. Matemática fundamental para tecnologia. São Paulo: Editora Érica, 1ª edição.</p> <p>BIAGIO, L. A. Como calcular o preço de venda. Barueri, SP: Manole, 2012.</p>
<p>FORMAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA - LIBRAS BÁSICO</p>	<p>BRASIL. Lei n.º 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 25 abr. 2002.</p> <p>LODI, Ana Claudia Balieiro; LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de (Org.) Uma escola duas línguas: letramento em língua portuguesa e língua de sinais nas etapas iniciais de escolarização. Porto Alegre: Mediação, 2009.</p> <p>PERLIN, Gladis; STUMPF, Marianne (Org.). Um olhar sobre nós surdos: leituras contemporâneas. Curitiba: CRV, 2012.</p> <p>LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de. Tenho um aluno surdo, e agora? Introdução à Libras e Educação de Surdos. São Carlos: EDUFSCAR 2013.</p>

	<p>PEREIRA, Maria Cristina da Cunha Pereira; VIEIRA, Maria Inês; CHOI, Daniel; GASPARG, Priscilla e NAKASATO, Ricardo. LIBRAS: Conhecimento além dos sinais. São Paulo: Pearson, 2011.</p> <p>TROBEL, Lilian Karin. As imagens do outro sobre a cultura surda. Florianópolis: UFSC, 2008.</p>
<p>MUNDO DO TRABALHO: DIREITOS, DEVERES E COLETIVIDADE</p>	<p>ALMEIDA, C., Lüchmann, L., & Ribeiro, E.. (2012). Associativismo e representação política feminina no Brasil. Revista Brasileira De Ciência Política, (8), 237–263. https://doi.org/10.1590/S0103-33522012000200009</p> <p>DAGNINO, Renato. Tecnologia Social como ferramenta de mudança. Jornal da Unicamp. Campinas, 28 de maio a 10 de junho de 2012. Disponível em:<Tecnologia Social como ferramenta de mudança>. Acesso em 16 fev 2024.</p> <p>CHAUÍ, M; SANTOS, B. S. Direitos Humanos, Democracia e Desenvolvimento. São Paulo: Cortez, 2013.</p> <p>DEDECCA, CS, Ribeiro CSMF, Ishii FH. Gênero e jornada de trabalho: análise das relações entre mercado de trabalho e família. Trab. Educ. Saúde 2009 7(1):65-90</p> <p>GOHN, Maria da Glória. Mulheres – atrizes dos movimentos sociais: relações político-culturais e debate teórico no processo democrático. Revista Política e Sociedade, Florianópolis, SC, v.6, n.11, p. 41-70, out. 2007.</p> <p>SCHWARCZ, Lilia Moritz. Sobre o autoritarismo brasileiro. São Paulo: Cia das Letras, 2019.</p> <p>SINGER, Paul. Introdução à Economia Solidária. São Paulo : Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.</p> <p>SOUZA, André Ricardo; CUNHA, Gabriela Cavalcanti; DAKUZAKU, Regina Yoneko (org). Uma outra economia é possível - Paul Singer e a economia solidária. São Paulo: Editora Contexto, 2003.</p>

5.8 Metodologias de ensino

A metodologia de ensino se baseará no sistema de acesso, permanência e êxito, já estabelecido no Programa Nacional Mulheres Mil, considerando atividades teóricas e práticas, objetivando a construção de novos conhecimentos e saberes articulados com os saberes e experiências pregressos das estudantes. Serão utilizadas metodologias ativas, em formato de oficinas, rodas de conversa, saídas técnicas, entre outras metodologias. Cada disciplina, dentro do seu contexto, deverá articular os conceitos teóricos com exemplos práticos das experiências de vida das estudantes, buscando a interlocução do conhecimento acadêmico e profissional com suas trajetórias de vida, buscando aperfeiçoar o processo de ensino-aprendizagem.

O(a) docente de cada módulo deverá elaborar e apresentar um plano de ensino referente a sua disciplina/módulo, contemplando informações relacionadas às temáticas e metodologias abordadas para execução das aulas.

A partir da metodologia de acesso, permanência e êxito, ao longo do curso são realizadas ações de sensibilização, visando incluir as alunas novamente no ambiente escolar, buscando, com isso, a elevação da escolarização das mesmas.

5.9 Material didático-pedagógico

Será elaborada ao longo das aulas uma cartilha referente à formação geral e profissional para ser disponibilizada às estudantes, de maneira gradativa.

5.10 Avaliação do processo de ensino e de aprendizagem

A avaliação da aprendizagem é contínua, cumulativa e diagnóstica, consistindo num conjunto de ações que permitem analisar e compreender a constituição dos saberes adquiridos pela aluna, visando o planejamento de novas ações para a melhoria do processo de ensino-aprendizagem. Nesse sentido, a prevalência será dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos. A compreensão de avaliação, que baliza o processo ensino-aprendizagem do Curso, centra-se no movimento de ação-reflexão-ação, primando pela participação de todos os sujeitos envolvidos. Dentre os instrumentos passíveis de aferir os aspectos qualitativos da avaliação das estudantes deverão ser considerados, entre outros: frequência e participação; e realização das atividades solicitadas pelos(as) docentes em sala de aula ou como tarefa extraclasse.

Durante o período letivo do curso as alunas desenvolverão no mínimo duas avaliações referentes ao curso, aos(às) docentes e ao seu desenvolvimento próprio. Sendo esta uma atividade desenvolvida pelo(a) supervisor(a) e/ou o orientador(a) pedagógico(a).

A expressão dos resultados da aprendizagem, será por meio de conceitos expressos pelos símbolos alfabéticos: S = suficiente, representando percentual igual ou superior a 70% de aproveitamento de conteúdo do curso; e I= Insuficiente, representando percentual abaixo de 70% de aproveitamento de conteúdo do curso. O conceito final será resultado das várias atividades desenvolvidas e dos instrumentos avaliativos aplicados. O mesmo será expresso através das avaliações realizadas no decorrer do curso.

Para fins de aprovação, será observado, além da frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) e o conceito final igual a S= suficiente.

5.10.1 Conhecimento prévio

Os conhecimentos prévios das estudantes serão aferidos a partir da participação em aula e comporão o portfólio da estudante, mas não deverão ser utilizados para fins de equivalência de conhecimentos para disciplinas.

5.10.2 Recuperação

Não será disponibilizada atividade de recuperação específica quanto aos conteúdos abordados em sala de aula. A recuperação de conhecimentos ocorrerá de forma processual ao longo das aulas. Os(as) professores(as) deverão retomar os conteúdos no início de cada disciplina, além de disponibilizar formas de atendimento a dúvidas das estudantes.

5.10.3 Autoavaliação

Os processos de autoavaliação são importantes em programas como o Mulheres Mil. O reconhecimento como protagonista de sua trajetória de vida precisa ser reforçado junto às participantes com o processo de autoavaliação no curso e os impactos deste em suas trajetórias. Através de metodologia ativa ao longo curso, o processo de autoavaliação das participantes tem início com a criação e alimentação de um portfólio, constituído a partir de suas trajetórias de vida, saberes e conhecimentos pregressos e adquiridos durante o curso, que possibilitem uma reflexão-ação de novas perspectivas individuais e coletivas, pessoais, formativas, profissionais e comunitárias. Essa construção pode se dar a partir de diferentes ferramentas e tipos de linguagem de acordo com a trajetória de cada estudante, tais como: elaboração de auto retratos em desenho, pintura, imagem, música, vídeo, fotografia ou outros; entrevistas mútuas entre as estudantes; quadro de palavras, entre outras metodologias que auxiliem a compor o material, trazendo a experiência individual de cada uma e coletiva da turma.

5.11 Quadro de pessoal

O corpo docente vinculado ao curso será selecionado antes do início da oferta do curso a partir de edital específico. A formação exigida e os pré-requisitos serão definidos a partir da especificidade de cada módulo, mas deverão considerar formação acadêmica e/ou experiência profissional na área da disciplina.

O quadro a seguir apresenta o nome e a formação da coordenadora adjunta do programa Mulheres Mil no campus e da Supervisora do Curso.

Servidor	Formação	Vínculo	Atuação
Paula Porto Pedone	Graduação: Biblioteconomia Especialização <i>Lato sensu</i> Gestão Administrativa em educação Mestranda em Educação Profissional e Tecnológica (em andamento)	Servidora Técnico-administrativa em educação efetiva. Cargo: Bibliotecária Supervisora do curso	Gestão de Ensino - Biblioteca
Thaís Teixeira da Silva	Graduação: Comunicação Social - Jornalismo e Direito (em andamento) Especialização <i>Lato Sensu</i> em Gestão Cultural Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica	Servidora Técnico-administrativa em educação efetiva. Cargo: Produtora cultural Coordenadora adjunta do Programa Mulheres Mil no Campus Restinga	Comunicação / Diretoria de Administração (em exercício)

5.12 Infraestrutura

O Campus Restinga possui uma área total de 79.209,89 metros quadrados onde estão construídos seis (6) blocos, uma quadra poliesportiva coberta, quadra de areia, estacionamento e áreas de lazer/pomar/horta que oferecerão, direta ou indiretamente, toda a infraestrutura necessária à realização dos cursos vinculados ao Programa Mulheres Mil. O Campus possui 13 laboratórios estruturados e distribuídos entre os blocos 4 e 5. Os cursos vinculados ao Programa Mulheres Mil terão à disposição a seguinte infraestrutura: 14 salas de aula, uma sala de estudos e co-working, laboratório de hardware e redes, laboratório de eletrônica de potência, laboratório de eletricidade, laboratório de instrumentação, laboratório de tecnologia assistiva e oficina, laboratório de eletrônica digital, quatro laboratórios de informática com 40 computadores cada, laboratório de pesquisa e inovação

(Inovalab), sala de artes, laboratório de idiomas, laboratório de ciências, laboratório de gestão e negócios, sala de jogos e de dinâmica em grupos, biblioteca, auditório para 250 pessoas, mini auditório para 80 pessoas, e incubadora tecnológica social. A Biblioteca do Campus Restinga conta com área total de 300 metros quadrados para o acervo e salão de leitura. O acervo bibliográfico é composto por mais de 3.060 títulos e 7.980 exemplares de livros. Além disso, está sendo construído um Laboratório de Agroecologia. Além dos espaços físicos, o campus possui 06 máquinas de costura, que poderão ser utilizadas pelo curso proposto.

Para o curso, será necessária a disponibilização de:

- 01 (uma) sala de aula;
- 01 (um) Laboratório de informática para as aulas de Inclusão digital;
- 01 (um) sala como espaço de recreação;
- Material didático-pedagógico previsto no item 5.9.

5.13 Certificação

Os certificados dos cursos do Programa Mulheres Mil deverão ser conforme orientações da SETEC/MEC, desde que obtidos os requisitos previstos nos itens 5.6 e 5.10.

6 CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão resolvidos pela equipe sistêmica do Programa Mulheres Mil no âmbito do *Campus Restinga* do IFRS.

7 REFERÊNCIAS

BATISTA, A. C. O. et al. **Guia Metodológico do Sistema de Acesso, Permanência e Êxito**. Brasília: Ministério da Educação, 2011. 2.

Ministério da Educação. **Guia Pronatec de Cursos FIC** (versão 2016). Disponível em: <https://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/36436-guia-pronatec-de-cursos-fic>.

Presidência da República. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Diário Oficial da União, 30 dez. 2008.